

## O reconhecimento da Independência do Brasil na recém-formada Vila de Itapemirim-ES: elites, mulheres, cativos e indígenas

*The recognition of Brazil's Independence in the newly formed Vila de Itapemirim-ES: elites, women, captives and indigenous*

*El reconocimiento de la Independencia de Brasil en la recién formada Vila de Itapemirim-ES: elites, mujeres, cautivos e indígenas*

*Laryssa da Silva Machado*<sup>1</sup>

*Lucas da Silva Machado*<sup>2</sup>

**Resumo:** Em 07 de setembro de 1822, D. Pedro proclama a Independência do Brasil, que se emancipa de Portugal e passa a ser um novo país. Porém, a aceitação desse evento não foi imediata. Entre conflitos e manifestações pacíficas, a Vila do Itapemirim, localizada no sul da capitania do Espírito Santo, organizou em 12 de outubro desse ano um evento de aclamação do novo imperador, que contou com membros da nobreza, do clero e do povo. Porém, entre os tantos homens livres que viviam na vila, apenas 43 assinam o documento. Esse artigo pretende analisar a participação da Vila do Itapemirim nos festejos de reconhecimento da Independência. Essa vila era recém fundada, em 1815, contava com uma elite agrária e política de representatividade, e muitos cativos que trabalhavam nas lavouras de cana de açúcar. Analisou-se documentos primários e bibliográficos, desde a fundação da Vila até os primeiros anos do Império Brasileiro.

**Palavras-chaves:** elite política, Independência do Brasil, Itapemirim, Espírito Santo.

**Abstract:** On September 7, 1822, D. Pedro proclaimed the Independence of Brazil, which emancipated itself from Portugal and became a new country. However, the acceptance of this event was not immediate. Amid conflicts and peaceful demonstrations, Vila do Itapemirim, located in the south of the Espírito Santo captaincy, organized on October 12 of that year an event to acclaim the new emperor, which included members of the nobility, clergy and people. However, among the many free men who lived in the village, only 43 signed the document.

---

<sup>1\*</sup> Mestre em História pela UFES. Doutoranda em História pela UFES (2022-2026). Professora da Rede Municipal de Educação de Marataízes-ES. Bolsista da Fapes. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Itapemirim e Marataízes. Membro do Laboratório História, Poder e Linguagens da Ufes. assyrall@gmail.com.

<sup>2\*\*</sup> Mestre em História pela UFES. Professor da Rede Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Itapemirim e Marataízes. Membro do Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas da Ufes. lucasdsmachad@gmail.com.

This article intends to analyze the participation of Vila do Itapemirim in the celebrations of recognition of Independence. This village was just founded, in 1815, had an agrarian elite and representative politics, and many captives who worked in the sugar cane fields. Primary and bibliographic documents were analyzed, from the foundation of the village to the early years of the Brazilian Empire.

**Keywords:** political elite, Independence of Brazil, Itapemirim, Espírito Santo.

**Resumen:** El 7 de septiembre de 1822, D. Pedro proclamó la Independencia de Brasil, que se emancipó de Portugal y se convirtió en un nuevo país. Sin embargo, la aceptación de este evento no fue inmediata. En medio de conflictos y manifestaciones pacíficas, Vila do Itapemirim, ubicada en el sur de la capitania de Espírito Santo, organizó el 12 de octubre de ese año un acto de aclamación al nuevo emperador, que contó con miembros de la nobleza, el clero y el pueblo. Sin embargo, entre los muchos hombres libres que vivían en el pueblo, solo 43 firmaron el documento. Este artículo pretende analizar la participación de Vila do Itapemirim en las celebraciones del reconocimiento de la Independencia. Este pueblo recién fundado, en 1815, tenía una élite agraria y política representativa, y muchos cautivos que trabajaban en los campos de caña de azúcar. Se analizaron documentos primarios y bibliográficos, desde la fundación de la villa hasta los primeros años del Imperio brasileño.

**Palabras clave:** élite política, Independencia de Brasil, Itapemirim, Espírito Santo.

## Introdução

O ano de 2022 foi marcado por datas comemorativas importantes, como o centenário da Semana de Arte Moderna de 1922 e o Bicentenário da Independência do Brasil. Nas discussões que envolveram essa última data, inúmeros trabalhos foram desenvolvidos e apresentados em várias localidades a fim de mostrar a pluralidade de eventos que ocorreram paralelamente no Brasil no período de transição da Colônia para o Império. A narrativa única da proclamação com o grito de independência de D. Pedro às margens do Ipiranga deu lugar a inúmeros trabalhos que demonstraram a participação e interesses da população brasileira nesse período tão significativo. Elites locais, trabalhadores livres, mulheres, escravizados, indígenas, crianças, idosos, enfim, todo um povo estava no contexto desse evento.

Assim, esse trabalho pretende trazer os acontecimentos da Vila de Itapemirim no contexto da Independência do Brasil. Essa Vila localiza-se no sul da Província do Espírito Santo e havia poucos anos como município organizado. Possuía uma elite ligada ao cultivo de cana e produção de açúcar, muitos destes haviam migrado nas últimas décadas para a região e possuíam muitos escravizados. O artigo analisa tanto a fundação da Vila e da elite local, em 1815, como sua participação no evento da Independência.

## O Rio Itapemirim como fronteira agrícola ao sul de Benevente e ao norte de Campos dos Goytacazes: da colonização a fundação da Vila

“Aldeia dos índios de Itapemirim”. Assim o memorialista Basílio Daemon conceitua Itapemirim, quando em 1754 Pedro Bueno e Baltazar Caetano Carneiro estabelecem o primeiro engenho as margens do Rio Itapemirim<sup>3</sup>. Antonio Marins, outro memorialista, descreve a região como “uma vasta aldeia de índios, assentada ao longo daquelas terras”<sup>4</sup>. Luciano Moreno, por sua vez, descreve que a região do Vale do Itapemirim, era ocupada por índios goitacazes e puris coroados. Esses grupos indígenas ocupavam tanto o interior como o litoral, e seu território compreendia as terras que iam desde o norte fluminense até o sul capixaba<sup>5</sup>.

Entende-se, portanto, que essa região era povoada por grupos indígenas que transitavam até a colonização ser de fato estabelecida. A foz do Rio Itapemirim estava entre duas povoações jesuítas: Muribeca, localizada ao sul e Benevente, localizada ao norte do Rio. Moreno<sup>6</sup> afirma que havia frequente contato comercial entre os jesuítas de Benevente, produtores de gêneros agrícolas e os de Muribeca, criadores de gado. “Nos primeiros tempos [...] a baixada itapemerinense era apenas percorrida pelos frades da Muribeca e a gente de Guarapary, entre os quais havia comércio”<sup>7</sup>.

Além de ser uma região de passagem de indígenas e padres jesuítas, viajantes transitavam na região. Os caminhos entre o Rio de Janeiro e Campos em direção a Vitória ou a Bahia passavam pela localidade. Alguns viajantes deixaram seus registros sobre o local. Jean de Lery, em 1578, descreveu a localidade de “Tapemiry”, “onde se encontram pequenas ilhas na entrada da terra firme e que me pareceram habitadas por selvagens aliados dos franceses”<sup>8</sup>. Também há descrições da região em mapas portugueses dos séculos XVI e XVII. Em 1597, o

---

<sup>3</sup> DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p.218.

<sup>4</sup> MARINS, Antônio. Itapemirim. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920, p.199-231, 199.

<sup>5</sup> MORENO, Luciano R. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016, p.17.

<sup>6</sup> MORENO, 2016, p.17.

<sup>7</sup> MARINS, 1920, p.199.

<sup>8</sup> LERY, 1578, *apud* ROCHA, Levy. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: EBRASA, 1971, p.15-16

Rio Itabapoana aparece na localidade chamada de “Manangea”<sup>9</sup>. Já o rio Itapemirim aparece com o nome de *Tapemirim*, em vários registros cartográficos da época<sup>10</sup>.

Decerto, a foz do Rio Itapemirim é citada em documentos oficiais desde o princípio de colonização. Essa região servia de divisa entre as capitanias do Espírito Santo e de São Tomé, inclusive os donatários Vasco Fernandes Coutinho e Pero de Góes precisaram se entender sobre os limites territoriais, que passou a ser o Baixo dos Pargos, margem do Rio Itapemirim<sup>11</sup>. Ali se estabeleceu uma povoação denominada Santa Catarina de Mós, que havia sido iniciada pelo filho do capitão-donatário de São Tomé, ao sul do Rio Itapemirim. A mesma não vingou devido aos ataques dos índios goitacás<sup>12</sup>.

Novos registros sobre a povoação de Itapemirim só reaparecem no início do Setecentos, quando expedições desbravadoras em busca de ouro chegaram até às margens do Rio Itapemirim. Possivelmente, entre os séculos XVI e XVIII a região esteve povoada por indígenas e servia de passagem a jesuítas e viajantes. Entre 1701 ou 1710, Domingos de Freitas Bueno Caxangá e seus agregados, se estabeleceram na região, onde construíram uma fazenda de açúcar chamada de Caxangá, que anos mais tarde passou a ser chamada de Fazendinha<sup>13</sup>.

A colonização efetiva ocorreu no final do século XVIII, quando em 1771 chegaram à Foz do Rio Itapemirim os refugiados das Minas de Castelo, sobreviventes dos ataques dos índios Puris naquela região<sup>14</sup>. Essas terras foram adquiridas por Inácio Pedro Cacunda, bandeirante descobridor das minas, e anos depois foram vendidas ao Capitão José Tavares Brum, que também as adquiriu como sesmaria<sup>15</sup>. A partir de então, a região se desenvolveu, graças às lavouras de açúcar instaladas no local. Além dos primeiros desbravadores, o Vale do Rio Itapemirim foi povoado por mineiros, fluminenses e paulistas que migraram para o sul do Espírito Santo na primeira metade do século XIX. Muitas famílias que vieram para a região

---

<sup>9</sup> REIS, Fábio Paiva. *As Representações Cartográficas da Capitania do Espírito Santo no século XVII*. Tese de Doutorado em História Especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, para obtenção do título de Doutor em História. Uminho-Portugal, 2017, p.41-43.

<sup>10</sup> MARQUES, Cezar Augusto. *Dicionário Histórico, Geográfico E Estatístico da Província Do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2003, p.165

<sup>11</sup> LAMEGO, *apud*, OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008, p.24.

<sup>12</sup> ROCHA, Levy. *Crônicas de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livros S. A., 1966 p.7.

<sup>13</sup> MORENO, 2016, p.19.

<sup>14</sup> OLIVEIRA, 2008, p.222.

<sup>15</sup> MARINS, 1920, p.210-211.

em busca de terras férteis trouxeram seus cativos e maquinários<sup>16</sup>. Essa migração mudou as características da região e fornece as possibilidades necessárias a fundação da Vila.

A expansão territorial do sul capixaba está diretamente relacionada a decadência da produção do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, quando fazendeiros dessas regiões migraram para a província capixaba, dando lugar à colonização de terras férteis em espaços inexplorados na província<sup>17</sup>. Primeiro vieram os mineiros, atraídos pelas “terras virgens” capixabas, graças às estradas abertas em Itapemirim e Itabapoana. Dos caminhos do Sul, especialmente das estradas litorâneas a partir de Campos do Goitacazes, chegaram proprietários do Norte Fluminense<sup>18</sup>.

A migração ocorrida em Itapemirim pode ser observada em alguns documentos ao longo do século XIX. Relatos de viajantes servem para conhecer as características da vila nos primeiros anos do século XIX, anos que precederam ou sucederam a fundação da vila. Em 1812 e 1820, o bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho realizou duas visitas a Itapemirim. Ele descreve o nome de fazendeiros importantes da região, bem como a presença de “vários homens negros descalços com opas brancas de São Benedito,” e gente que não cabia na igreja, “arruinada”, nas palavras do presbítero<sup>19</sup>. Outros viajantes passaram pela região no início do século XIX, como o alemão Frederico Sellow, o russo George Guilherme Freyreiss e o príncipe de Neuwied (Alemanha) Maximiliano Alexandre Philipp Prinz von Wied-Neuwied. Itapemirim é descrita como um povoado de pescadores, agricultores e poucos artífices pobres<sup>20</sup>.

Um dos principais registros de visitantes da Vila do Sul Capixaba foi de Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu o litoral espiritosantense em 1818. Segundo ele, a população da Vila de Itapemirim era formada por 1.900 habitantes, sem considerar os índios, e havia nove engenhos de açúcar nos arredores da localidade, sendo estes: Areia, Cardoso, Cutia, Boa-Vista, Barra-Seca, Passo Grande, Paineira e São Gregório da Ribeira, que exportavam para o Rio de Janeiro uma carga de 60 caixas de açúcar, a dois mil réis a arroba. Produzia-se

---

<sup>16</sup> MORENO, 2016, p.32.

<sup>17</sup> ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983, p.19.

<sup>18</sup> BITTENCOURT, Gabriel. *A Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização*. Do Engenho às Grandes Indústrias (1835-1980). Rio de Janeiro/Vitória: Livraria Editora Cátedra em convênio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987, p.68.

<sup>19</sup> COUTINHO, José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002, p. 43-46, 150-154

<sup>20</sup> ROCHA, 1971, p.40-44.

também arroz, feijão, mandioca, algodão e cebolas, exportadas para Campos dos Goitacás, Vitória e Rio de Janeiro. Saint-Hilaire produziu interessante relato sobre a região, talvez um dos mais ricos em detalhes:

Tinha o povoado umas sessenta casas, a bem dizer, cabanas de adobe, cobertas de sapé, que formavam uma grande praça em rua única, semicircular, frente ao caminho diagonal. No meio da praça se erguia o pelourinho, coluna-símbolo do município. Construída em pedra ou madeira, levantada a prumo, servia para se atar, pela cintura, o preso exposto a vergonha ou aos açoites. Tinha argolas, e nela se podia enforcar ou dar tratos de polé, antigo instrumento de tortura, construído duma roldana. Na criação das novas vilas, era obrigação levantar-se o pelourinho. E aquele datava de pouco tempo: sua inauguração fora feita nove dias antes do início da viagem de Saint-Hilaire, isto é, a 9 de agosto do ano que transcorria<sup>21</sup>.

Decerto, entre o fim do século XVIII e início do XIX houve um significativo crescimento populacional e econômico que possibilitou a fundação da Vila, através do Alvará nº. 55, de 27 de junho deste ano. Neste, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. A fundação da Vila marca o crescimento da região e possibilita que a mesma se desenvolva em número de habitantes e economicamente. A produção açucareira ganha fôlego na primeira metade do século e faz com que a região Sul ganhe destaque dentro da província. Muitos moradores migram para a região, alguns vindos de outras cidades e províncias, como já discutido, enquanto outros vinham de países europeus, africanos e asiáticos, conforme será discutido a seguir.

### **A Elite Camarária de Itapemirim**

O crescimento econômico e populacional vivenciado por Itapemirim nas décadas finais do Setecentos e iniciais do Oitocentos possibilitou que em 1815 a vila se separasse de Guarapari, tornando-se uma vila independente. Segue abaixo o alvará de fundação da Vila de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim.

Eu, Príncipe Regente, faço saber aos que este Alvará virem que, sendo-me presente o requerimento dos moradores do lugar de Itapemirim e da Comarca do Espírito Santo, pedindo-me que houvesse de erigir em Villa, e verificando pelas informações que sobre esta matéria mandei que a sobredito lugar situado na margem do Rio Itapemirim era bastantemente populoso e apto para se argumentar em habitantes pelas comodidades que oferecia a navegação do mesmo rio e fertilidade dos terrenos que lhes dão contíguos e que, pertencendo-lhes agora a Villa de Guaraparim era incomodo o recurso dos Povos e a administração da Justiça por lhe ficar de permeio o termo a Villa de Benevente.[...] A referida vila ficará tendo por termo o Distrito atual da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo da mesma Povoação e se lhe

<sup>21</sup> SAINT-HILAIRE, apud ROCHA, 1971, p. 65

destinará hum terreno de meia légoa em quadros para extensão de seus edificios, rocios, logradouros de seus habitantes, digo, logradouros de seus moradores, e onde houver terreno devoluto se lhe dará para seu patrimônio uma sesmaria de uma légua enquadra ou separadamente si assim mais convier quatro de meia légua em quadro cada uma para a mesma Câmara poder aforar em pequenas porções a cultivadores na forma concedida a Villa de Macahé. E lhes ficarão pertencendo também para seu rendimento todas as rendas que no território de seu terreno cobrava a Villa de Guaraparim de onde fica desmembrada. E gozará de todas as prerrogativas, Privilégios de que gozam minhas Villas de meus Reinos, levantando o Pelourinho, casa de Câmara, cadeia e mais oficinas a custo dos moradores da mesma Villa a que lhes mesmo requerem [...]<sup>22</sup>.

Fundada a Câmara de Itapemirim, em 27 de junho de 1815, o ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816, com instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho<sup>23</sup> e durante a execução da ordem real, os limites da vila são determinados. A vila fazia fronteira com as Capitanias de Santa Catharina das Mós e Minas Gerais<sup>24</sup>. Estava presente para oficializar a criação da vila o Desembargador José de Azavedo Cabral, que convocou a nobreza e o povo para estarem presente na cerimônia. Fez-se eleição para juízes ordinários (pelouros), vereadores, procuradores da Câmara, juiz de órfãos, juízes almotaceis, alcaides e carcereiros<sup>25</sup>. O ato foi seguido de muitos Vivas ao Rei e a vila estava em clima de festa<sup>26</sup>. A tabela 01 mostra os nomes que foram eleitos para os cargos administrativos da vila:

#### AUTO DE DECLARAÇÃO DOS LIMITES DA VILA

No mesmo dia, mês e ano 9 de agosto de 1816, o sobredito Ministro houve por declaração que os limites desta vila na conformidade do Alvará são o termo e distrito atual da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo desta vila, que parte pelo Norte com o termo e o distrito desta vila com a da vila de S. João da Barra em Santa Catharina das Mós e pelo sertão até as Minas do Castelo que os divide com os limites da Capitania das Minas Gerais e de como assim o declarou e para constar mandou fazer este termo em que assina. Eu Manuel Pereira Porto, escrivão escrevi. Azevedo.

#### AUTO DA INAUGURAÇÃO DA VILA.

Ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1816

Aos nove dias do mês de Agosto do dito ano, nesta Povoação de Itapemirim, onde se achava o Dr. Desembargador, Ouvidor e Corregedor da Câmara José de Azevedo Cabral, o qual por virtude das Provisões e Alvarás aqui neste livro registradas, depois de haver convocado todas as pessoas da Nobreza e Povo por um edital e officio aqui também registrados, estando todos presentes se levantou o Pelourinho, com suas competentes insígnias, sinal de jurisdição desta vila, e neste ato repetidas vezes se deu – Vila El-Rey Nosso Senhor – e levantando – assim com esta solenidade o Pelourinho, houve o dito Ministro por formada esta Vila de Itapemirim, e para constar mandou fazer este auto em que assinou com a Nobreza e o Povo que se achavam presentes. Eu Manuel Pereira Porto, escrivão da ouvidoria nomeado para a presente criação que o escrevi e em fê do referido assino. (Assinados). Azevedo,

<sup>22</sup> BRASIL, Alvará, erige em vila o lugar de Itapemirim da comarca e capitania do Espírito Santo, 1815.

<sup>23</sup> MORENO, 2016, p.33.

<sup>24</sup> MARINS, 1920, p.207-208.

<sup>25</sup> MARINS, 1920, p.208.

<sup>26</sup> MORENO, 2016, p.32.

Severo Trancoso de Amorim, vigário colado, Francisco Gomes Coelho da Costa, Miguel Antonio de Oliveira, Luiz José Moreira, Manoel Pereira Porto, e outros<sup>27</sup>.

<b>TABELA 01: MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM NA SUA FUNDAÇÃO</b>	
<b>CARGOS</b>	<b>NOMEADOS</b>
Juizes Ordinários	Tenente Luiz José Moreira
	José da Costa Guimarães
Vereadores	Manoel Joaquim de Oliveira Costa
	José Antônio Pessanha
	João Gomes Vianna
Procurador	José da Silva Quintaes
Juiz de Orfãos	Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa
Juizes Almotaceis	Antônio Luiz da Cunha
	Bonifácio José Ribeiro
Alcaide e Carcereiro	Antônio Nunes da Guarda

Fonte: MARINS, 1920, p.208.

Com o surgimento da Vila de Itapemirim surge também a elite camarária. Segundo João Fragoso, eram nas Câmaras Municipais que se expressavam o maior poder da monarquia portuguesa<sup>28</sup>. Também havia o poder doméstico, que eram as famílias, uma sociedade naturalmente organizada: casal, consanguíneos (filhos e outros parentes), agregados e escravos<sup>29</sup>. O poder doméstico agia diretamente junto as benesses concedidas pelo Rei. João Fragoso identificou que, ocorriam nas vilas o autogoverno, onde cabia as elites dirigentes decidirem sobre assuntos do dia a dia, tanto em relação ao abastecimento quanto em relação a justiça<sup>30</sup>.

Conhecer a trajetória dessas figuras ilustres é importante para se entender a história local. O Tenente Luiz José Moreira, eleito para Juiz Ordinário, recebeu concessão de terras em abril de 1815, “meia légua de terras em quadra no lugar denominado Caixão”. Era casado com D. Thomazia da Silva Medella, viúva do Capitão José Tavares Brum, um dos mais importantes fazendeiros no período. Essa união fez com que ele se tornasse um dos homens mais ricos e influentes da vila<sup>31</sup>. O outro juiz ordinário foi José da Costa Guimarães. Em 1822

<sup>27</sup> MARINS, 1920, p.207-208.

<sup>28</sup> FRAGOSO, João. Poderes e Mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Um reino e suas repúblicas no atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017).

<sup>29</sup> FRAGOSO, 2017, s/p.

<sup>30</sup> FRAGOSO, 2017, s/p

<sup>31</sup> MARINS, 1920, p.204,208,209,211.

era o presidente da Câmara de Vereadores nas comemorações da Independência brasileira<sup>32</sup>. Rodrigo Goulart o descreve como “negociante com atividades comerciais na praça do Rio de Janeiro”<sup>33</sup>.

Quanto aos vereadores, Manoel Joaquim de Oliveira Costa era juiz ordinário em meados de 1815 e junto com José Libânio de Souza, demarcou o patrimônio da vila<sup>34</sup>. José Antônio Pessanha foi eleito vereador outras vezes, em 1830-1832. Sobre João Gomes Vianna não foram encontradas outras referências além da eleição em 1816. O procurador José da Silva Quintaes, pertencia a uma das famílias que migraram para a região entre as décadas finais do Setecentos e iniciais do Oitocentos. Também ocupou o cargo de vereador por outras vezes: 1829-1830, 1845-1848 e 1849-1852<sup>35</sup>. Aparece na Lista Nominal de 1833, com posse de 35 cativos, lavouras de mandioca e café e negócios de varejo na vila<sup>36</sup>.

Quanto a Francisco Gomes Coelho da Costa, eleito juiz de órfãos, merece destaque especial. Isso porque, seus herdeiros vão compor importante grupo político em Itapemirim que repercutiu em toda a província ao longo do século XIX. Ele era pai dos “Moços da Areia”, que lideraram o partido conservador no sul-capixaba em meados da década de 1860<sup>37</sup>. Coelho da Costa era português da Ilha Terceira, casado com D. Maria Francisca Pinheiro, esta nascida em Campos e pertencia a uma das famílias mais distintas da localidade, descendente dos Viscondes de Quissamã, Santa Rita e Carapébus, Em 14 de setembro de 1807 solicita concessão de sesmaria nas terras de Itapemirim, onde já se achava estabelecido. Esta foi concedida em 10 de outubro de 1811 Em sua petição, endereçada ao Conde da Ponte, Governador e Capitão Geral da Capitania da Bahia, solicita a doação de terras que já estavam em posse de seus antepassados por mais de 50 anos. Marins acredita que as terras pertenciam a seu sogro, Francisco de Almeida Pinheiro, nos primeiros anos do Setecentos<sup>38</sup>.

Sobre os juizes almotaceis, Antonio Luiz da Cunha e Bonifácio José Ribeiro, ambos assinaram o Auto de Independência em 1822. Bonifácio Ribeiro era Cavaleiro da Ordem de

---

<sup>32</sup> AUTO DE INDEPENDÊNCIA, 1822.

<sup>33</sup> GOULART, Rodrigo da Silva. *Portos e Sertões: a província do Espírito Santo e a emancipação da América Portuguesa (1815-1825)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2015, p.185.

<sup>34</sup> DAEMON, 2010, p.282.

<sup>35</sup> MORENO, 2016, p.32, 96-97.

<sup>36</sup> Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

<sup>37</sup> SIQUEIRA, Karulliny S. *O Império das Repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2016, p.51.

<sup>38</sup> MARINS, 1920, p.204.

São Tiago da Espada<sup>39</sup>, e no ano de 1806 foi nomeado para diretor dos índios na Vila de Nova Almeida<sup>40</sup>. Sobre o Alcaide e Carcereiro Antônio Nunes da Guarda não foram encontrados outros documentos além da posse na fundação da câmara. O que se percebe é que Itapemirim funda-se tendo como o topo da pirâmide social uma elite camarária beneficiada pelo rei e que participará por anos da vida política itapemerinense. Mas nem só de elite camarária vivia a Vila do Itapemirim. Outros homens de negócios, agricultores e políticos participavam da vida pública, tinham propriedades de destaque com quantidade significativa de cativos. Havia também muitos estrangeiros e moradores nascidos em outras províncias e cidades capixabas, conforme será analisado a seguir.

### A paisagem humana de Itapemirim nos primeiros anos de fundação

Os depoimentos dos viajantes descritos acima apresentam Itapemirim como uma pequena vila, formada por agricultores, pescadores e cativos além da presença das roças e engenhos de açúcar. Assim, acompanhar a evolução da população de Itapemirim nos primeiros anos de fundação é importante para se compreender como esta vila torna-se a mais rentável economicamente do Espírito Santo no século XIX. A tabela 02 apresenta os dados demográficos da população cativa e livre de Itapemirim ao longo da primeira metade do século XIX e os compara com as informações gerais sobre a província do Espírito Santo.

Ano	ESPÍRITO SANTO			ITAPEMIRIM					Total
	Livres	Cativos	Total	Livres	%	Cativos	%	% em relação a província	
1814				851*	50*	736*	43*		1728
1817			24.585						2.025
1818			25.960						2.025
1824	22.165	13.188	35.353	1.184	51	1.148	49	8,7	2.332
1827	22.931	12.948	35.879	797	44	1.038	56	8	1.835
1833			27.916	1.360	46	1.596	54		2.937
1839	16.847	9.233	26.080	852	34	1.635	66	17,7	2.487

<sup>39</sup> GOULART, 2015, p.130.

<sup>40</sup> DAEMON, 2010, p.261.

1843	21.122	10.376	32.720	1.825	45	2.109	55	20,3	3.984
------	--------	--------	--------	-------	----	-------	----	------	-------

Fonte: APEES, Mapa da população do districto de Itapemirim do ano de 1814; VASCONCELLOS, 1858; VASCONCELLOS, 1828; ESPÍRITO SANTO, 1839, p. 18; 1844, p. 16; APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833; LAGO, 2013, p. 39.

\* Faltam os dados referentes a faixa etária de 25-30 anos.

A quantidade de cativos em Itapemirim sempre foi elevada, conforme demonstra a tabela acima. Em 1814, primeiro ano da tabela e dois anos anteriores a emancipação política da Vila, a população cativa representava 43%, quase metade da paisagem humana. Em 1839, por sua vez, o número de escravizados correspondia a 66% da população. Já os dados referentes aos anos de 1827 e 1843 demonstram que a quantidade de cativos era maior que a de livre e correspondia a, respectivamente, 56% e 55% da população. Nesse último ano, a população escravizada de Itapemirim correspondia a 20,3% da população cativa total da província.

A tabela 02 indica dados gerais sobre a população livre e cativa de Itapemirim na primeira metade do século, mas não a esmiúça. Em alguns documentos a população é detalhada e pode-se observar as especificidades como a idade, o sexo e a cor, como na “*Memória Estatística da Província do Espírito Santo*”, escrita pelo ex-presidente da província Ignácio Accioli de Vasconcellos, que aponta dados demográficos dos anos de 1824 e 1827. Outros documentos analisados são o Mapa da população do districto de Itapemirim do ano de 1814 e a Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833. Em 1814 o comandante do Quartel de Itapemirim, Francisco Gomes Coelho da Costa produziu esse mapa e enviou ao Governador Francisco Alberto Rubim. Em 1834, o então Juiz de Paz, Francisco de Paula Gomes Bittencourt realizou o levantamento da população da Vila. A lista traz o nome dos 2.937 habitantes da Vila que se dividiram em 303 fogos, e uma das informações coletadas era a origem (nacionalidade) dos habitantes livres.

Nesse período a população cativa de Itapemirim era formada por maioria de pretos. A quantidade de pardos cativos era pequena, o que comprova, que havia pouca intensidade nas relações raciais, pelo menos na primeira metade do Oitocentos. Outro dado a ser observado é a proporção sexual que não ocorria com tanta intensidade em Itapemirim nos anos descritos na tabela. Quanto aos livres de cor, formados por índios, pardos e pretos livres, representavam 40,7% em 1814, 27% em 1824, 25% em 1827 e 22% em 1833. Havia quantitativo maior de homens, tanto livres, quanto cativos. Quanto ao número de crianças referentes ao ano de 1814 e 1833, estas representavam quantidade expressiva na população livre, branca ou de cor

(55,8% e 38% respectivamente). Já entre os escravizados, os infantes eram 30,9% e 13%, número expressivo.

A Lista Nominal de 1833 traz a origem dos moradores livres da vila de Itapemirim naquele ano. Esse documento é importante, pois pode-se entender melhor o processo de migração ocorrido nos primeiros anos de fundação da vila. A tabela 04 apresenta esses dados. Em 1833, a maioria da população livre era de nativa de Itapemirim. Esse dado pode ser explicado como resultado do processo de colonização, que se consolidou nas décadas anteriores. Mas é preciso destacar a presença de moradores de outras cidades, províncias e países na localidade. Como descrito pelos autores citados, os campistas são a segunda origem que mais aparece no documento e essa presença pode ser explicada pela proximidade entre as duas regiões.

**TABELA 03: População de Itapemirim-ES detalhada nos anos de 1813, 1824, 1827 e 1833**

		Homens*	%	Mulheres*	%	Crianças	%	Total	% Geral
1 8 1 4	Brancos	61	41,5	22	22,7	64	35,8	147	8,5
	Índios	5	25	5	25	10	50	20	1,2
	Pardos Livres	170	26,2	186	28,6	293	45,2	649	37,5
	Pretos Livres	5	14,3	21	60	9	25,7	35	2
	Pardos Cativos	39	64	8	13	14	23	61	3,5
	Pretos Cativos	259	38,4	203	30	213	31,6	675	39
	Total de Livres	241	28,3	234	27,5	376	55,8	851	49,3
	Total de Cativos	298	40,5	211	28,6	227	30,9	736	42,6
	Total*	539	31,2	445	25,8	589	34	1728*	100
1 8 2 4	Brancos	298	53	264	47	---	---	562	24
	Índios	102	48,5	108	51,5	---	---	210	9
	Pardos Livres	198	52	184	48	---	---	382	16,5
	Pretos Livres	12	40	18	60	---	---	30	1,5
	Pardos Cativos	16	64	9	36	---	---	25	1
	Pretos Cativos	665	59	458	41	---	---	1.123	48
	Total de Livres	610	51,5	574	48,5	---	---	1.184	51
	Total de Cativos	681	59,5	467	40,5	---	---	1.148	49
	Total	1.291	55,5	1.041	44,5	---	---	2.332	100
1 8 2 7	Brancos	172	50	174	50	---	---	346	19
	Índios	59	48	64	52	---	---	123	7
	Pardos Livres	135	46,5	155	53,5	---	---	290	16
	Pretos Livres	16	42	22	58	---	---	38	2
	Pardos Cativos	20	49	21	51	---	---	41	2
	Pretos Cativos	547	55	450	45	---	---	997	54
	Total de Livres	382	48	415	52	---	---	797	43,5
	Total de Cativos	567	54,5	471	45,5	---	---	1.038	56,5
	Total	949	52	886	48	---	---	1.835	100
1 8	Brancos	230	32,5	196	27,5	282	40	708	24
	Índios	27	26	36	34,5	41	39,5	104	4

3	Pardos Livres	138	29	149	31	190	40	477	16
3	Pretos Livres	16	46	15	43	4	11	35	1
	Pardos Cativos	26	47,5	13	23,5	16	29	55	2
	Pretos Cativos	801	52	545	35,5	195	12,5	1.541	52
	Cativos s/ Ident.	---	---	---	---	---	---	8	---
	Ilegível	---	---	---	---	---	---	8	---
	Chinês	---	---	---	---	---	---	1	---
	Total de Livres	411	30	396	29	517	38	1.360	46
	Total de Cativos	827	52	558	35	211	13	1.596	54
	Total	1.238	42	954	33	728	25	2.937	100

Fonte: APEES, Mapa da população do distrito de Itapemirim do ano de 1814; VASCONCELLOS, 1828. p. K; APEES, Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

\* Faltam os dados referentes a faixa etária de 25-30 anos.

Também merece destaque os moradores originários de Benevente e de Portugal. Além dos portugueses, a Lista Nominal traz moradores nascidos na Suíça, na França, na China (Macau) e na Prússia (um morador cada). Pode-se pensar que, tanto os capixabas de outros municípios (Benevente, Vitória, Guarapari), quanto os campistas, mineiros, baianos, fluminenses, paulistas, e até mesmo os estrangeiros presentes na Lista vieram para Itapemirim não apenas em busca de terras férteis. A localização estratégica entre as capitânicas citadas pode demonstrar um fator importante para essa povoação.

<b>TABELA 04: ORIGEM DA POPULAÇÃO DE ITAPEMIRIM EM 1833</b>		
<b>ORIGEM</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Itapemirim	960	70,5%
Campos	118	8,7%
Benevente	83	6,1%
Portugal	42	3%
Vitória	41	3%
Minas Gerais	25	1,8%
Africanos Libertos	14	1%
Suíça	9	0,6%
Guarapari	9	0,6%
Bahia	6	0,4%
Rio de Janeiro	4	0,3%
Pernambuco	4	0,3%
Crioulos Livres	4	0,3%
Macahé	3	0,2%
São Paulo	2	0,1
Total da população livre	1.360	100%

Fonte: APEES, Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Mas a Lista de 1833 traz outro fator que merece ser considerado: os chefes das casas dos 303 fogos. Essa análise possibilita entender melhor quem tinha poder político e

econômico diante da sociedade, pois a maioria eram homens, brancos, proprietários de terras e cativos. A tabela 04 apresenta os valores.

<b>TABELA 04: ORIGEM DOS CHEFES DAS CASAS DE ITAPEMIRIM EM 1833</b>		
<b>ORIGEM</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM %</b>
Itapemirim	147	48,5
Campos	63	21%
Portugal	27	9%
Benevente	20	6,5
Vitória	12	4%
Minas Gerais	7	2,3%
Africanos Libertos	8	2,6%
Bahia	5	1,6%
Pernambuco	3	1%
São Paulo	2	0,6%
Rio de Janeiro	2	0,6%
Rio Grande	1	0,3%
Suíça	1	0,3%
Macahé	1	0,3%
França	1	0,3%
Crioulos Livres	1	0,3%
Guarapari	1	0,3%
Ilegível	1	0,3%
<b>Total da população livre</b>	<b>303</b>	<b>100%</b>

APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Aqui percebe-se a forte influência campista e portuguesa na colonização de Itapemirim. A proximidade do Sul capixaba com o Norte fluminense foi determinante para a colonização da região. Como já dito, fluminenses e portugueses, junto com os capixabas, compunham parte significativa da população de Itapemirim. Dentre os testadores fluminenses, quatro eram nascidos em Campos e um em São Sebastião de Araruama, e dentre os capixabas, quatro eram itapemerinenses e um nascido em Guarapari. Quanto aos estrangeiros, além do chinês nativo da Província de Sincapôa, os portugueses se dividem em: dois nativos da Ilha Terceira, um de Lamego, um de Seturbal e um de Benguela, na Angola, que era parte do Reino Português.

Os dados populacionais também apresentam quantidade significativa de cativos, muitos deles oriundos da África. Esses eram utilizados como mão de obra nas lavouras de cana e também na produção de açúcar e aguardente nos engenhos e alambiques da Vila. Compreender a dinâmica econômica de Itapemirim é outro aspecto importante para se

entender a formação das elites e participação das mesmas no movimento de Independência do Brasil.

### **Aspectos da produção açucareira de Itapemirim: fazendas, engenhos e senhores de terras**

Itapemirim, como todas as regiões colonizadas na capitania do Espírito Santo, recebeu desde o princípio da exploração de suas terras lavouras de cana de açúcar<sup>41</sup>. Na primeira metade dos Oitocentos, o açúcar ainda era o principal produto e Itapemirim se destacava por suas prósperas lavouras e seus engenhos movidos a vapor. Além dos dois cultivos, café e cana, havia o plantio do algodão e do fumo e serralherias que exportavam madeira.

O Porto de Itapemirim era o mais próximo da capital imperial e por conta disso exportava mercadorias direto para a Corte. Em relatório realizado em 1849, o Dr. Antônio Pereira Pinto<sup>42</sup> exaltou os lavradores que comercializam direto com o Rio de Janeiro, já que o comércio favorecia as lavouras, pois facilitava a circulação de produtos. “No município de Itapemirim, porém, já não se dão estes inconvenientes, quer o café, quer o assucar são directamente exportados para o Rio, pelos productores, e por isso n'essa parte da província se encontram já magníficas fazendas (sic.)”. Para Pereira Pinto, tão importante quanto produzir era exportar.

Essa proximidade com o Rio de Janeiro, porém, não era lucrativa para o Espírito Santo, ao contrário do que dizia o presidente provincial. O lucro com a produção não permanecia em terras capixabas, mas sim com os comerciantes cariocas<sup>43</sup>. No entanto, para a Vila do Itapemirim, o comércio com a Corte a transformara em um importante entreposto de produtos agrícolas<sup>44</sup>. Como mão de obra nas lavouras estabelecidas na região, utilizavam-se cativos, muitos deles vindos da África. Alguns documentos ajudam a compreender essas relações econômicas e sociais da população de Itapemirim.

Em 1834, o então Juiz de Paz de Itapemirim, Francisco de Paula Gomes Bittencourt realizou o levantamento da população de Itapemirim - a “Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833”. Esta traz o nome dos 2.937 habitantes da Vila que se dividiram em 303 fogos, além das informações sobre cor, estado civil, idade, profissão e nacionalidade da

---

<sup>41</sup> MORENO, 2016, p.20-22

<sup>42</sup> Relatório do presidente da provincia do Espirito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847, p.10

<sup>43</sup> ROCHA, COSSETTI, 1983, p.31

<sup>44</sup> MORENO, 2016, p.86

população. No campo das observações são apresentados os bens de cada família. Pelo do documento se pode estimar como era a Vila nas primeiras décadas do século XIX e nos primeiros anos de emancipação política.

O primeiro aspecto observado no documento diz respeito às estruturas de posse dos cativos. Dos 303 fogos, 96 possuíam um ou mais escravizados, ou seja, 32% das residências. Dos 96 fogos com cativos, 56% fogos possuíam de um a cinco pessoas escravizadas. As posses com mais de 20 cativos representavam 23%, o que revela que as escravarias de Itapemirim eram formadas por quantidade expressiva de escravizados. Acrescente-se a esses números o fato de que sete dessas escravarias contavam 50 escravizados ou mais e em outras duas havia mais de 100 cativos, conforme apresenta a tabela 05.

<b>TABELA 05: Estrutura da Posse de Cativos em Itapemirim-ES (1833)</b>		
<b>Quantidade de Cativos</b>	<b>Nº de Proprietários</b>	<b>(%)</b>
De 1 a 5	54	56
De 6 a 10	13	13
De 11 a 20	8	8
De 21 a 30	5	5
De 31 a 40	2	2
De 41 a 50	7	7
De 51 a 100	7	7
Acima de 100	2	2
Total de Propriedades com cativos	96	32
Fogos sem cativos	204	67
Ilegível	3	1

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Manolo Florentino e João Fragoso, ao analisarem o perfil dos proprietários de cativos do Rio de Janeiro, argumentam que “os mais pobres inventariados fluminense possuíam escravos menos em função de seu baixo preço do que da força simbólica do “ser senhor de escravos”<sup>45</sup>. Como se percebe na tabela 05, o status da escravidão também ocorria em pequenas vilas do interior.

Outro aspecto que a Lista Nominal de 1833 apresenta é sobre a situação de terras. Segundo o documento, 60% (183) dos moradores possuíam algum tipo de situação em terras, que podiam ser próprias, de favor ou foreiras. Destes, 7,5% (14) eram donos de fazendas ou situação de terras. Já entre os negócios que aparecem na região, 31% (17) eram proprietários

<sup>45</sup> FLORENTINO, FRAGOSO, 2001, p.124

de engenhos ou fábricas de açúcar. A tabela 06 apresenta as fazendas e situação de terra no período.

<b>Tipo de Propriedade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Lavouras em terras foreiras	90	49
Lavouras em terras próprias	38	21
Braças de terras, lavouras e cercados sem especificação de posse	31	17
Fazendas e situações de terra	14	7,5
Lavouras em terras de favor	10	5,5
<b>Total de Propriedades</b>	<b>183</b>	<b>100</b>

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Quase metade dos proprietários de lavouras em Itapemirim, cerca de 49%, não possuíam terras próprias e suas lavouras estavam em terras foreiras. As fazendas representavam apenas 7,5% das propriedades e as lavouras em terras próprias eram 21%. Esses dados revelam a desigualdade na distribuição de terras e sua enorme concentração nas mãos de uma elite, já que, além da maioria da população ocupar terra foreira ou de favor, 5,5% dos moradores possuem lavouras em terras de favor. Também se consegue perceber essa disparidade social pelo tipo de moradia que os habitantes possuíam, conforme demonstra a Tabela 07:

<b>Tipo de Propriedade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Casa de Palha	225	79
Casa de Telha	44	15
Casa de Vivenda	8	3
Prédio Rústico	6	2
Casa sem especificação	4	1
<b>Total de Moradias</b>	<b>287</b>	<b>100</b>
Não possuem bens/ Ilegível	16	---

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Conforme demonstrado, 79% dos moradores de Itapemirim habitavam em casas de palha, que podiam estar em terras próprias, de favor ou foreiras. Além disso, 48 moradores foram designados com residências na Vila, e nove famílias moravam em casas de aluguel. Somado o número das casas de telha, prédios rústicos e casas de vivenda, 21% da população viviam nesse tipo de moradia, que, aparentemente, eram casas mais caras e seguras. Sobre as

fazendas, que representam 7,5% das propriedades, conforme a tabela 06, possuem importância fundamental na economia açucareira da região, bem como de toda a província. A tabela 08 apresenta as fazendas existentes em 1833, seus donos e a quantidade de cativos.

<b>TABELA 08: FAZENDAS E SITUAÇÃO DE TERRA EM 1833</b>		
<b>FAZENDA</b>	<b>PROPRIETÁRIO</b>	<b>QUANT. DE CATIVOS</b>
Fazenda Muqui	Joaquim Marcelino da Silva Lima	304
Fazenda Cotia	D. Thomazia da Silva Medella	107
Fazenda Ribeira e Brejo Grande	Joaquim José Alves Silva	91
Fazenda Area	Manoel da Costa Pereira	85
Fazenda Cardoso	José Bello de Araújo	81
Fazenda Carreira Comprida	José Antônio de Souza	69
Situação Paineiras	Francisco de Salles	51
Fazenda Limão	Caetano Dias da Silva	50
Fazenda Colheres	Josefa Moreira Borges	49
Fazenda Barra Seca	D. Maria Magdalena	32

APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

Os fazendeiros listados acima estão entre os membros da elite econômica da região e muitos fazem parte da elite política. D. Thomazia da Silva Medella, a segunda maior proprietária de cativos em 1833, era viúva do Capitão Tavares Brum, um dos primeiros fazendeiros a migrar para a região. Em sua fazenda Cutia havia fábrica de açúcar e de farinha. Além da fazenda, possuía um sítio, propriedades na Vila e em diferentes lugares. Anos mais tarde casou-se com o Tenente Luiz José Moreira, já citado como membro da elite camarária criada em 1815 no cargo de juiz ordinário.

O principal fazendeiro de Itapemirim, sem dúvidas, foi Joaquim Marcelino da Silva Lima, Sargento Mor que, em 1846, recebeu o título de Barão de Itapemirim. Era casado com D. Leocádia, filha do Capitão Tavares Brum e também possuía os títulos de Comendador da Ordem de Cristo, Oficial da Ordem da Rosa, tinha honras de Brigadeiro, por ter sido Diretor Geral dos Índios Purys do Aldeamento Imperial Afonsino<sup>46</sup>. Na fazenda Muqui, adquirida em 1827, serviu como sua residência onde edificou suntuoso palacete e capela dedicada a Santo Antônio. Havia engenho de açúcar e cachaça, e entre os animais da fazenda encontrava-se um urso panda.

A Fazenda Areia era de propriedade de Manoel da Costa Pereira, que residia em Campos, e era administrada por José Gomes Pinheiro. A propriedade possuía engenho de açúcar e uma olaria. Outro proprietário de Itapemirim era o ex-presidente provincial Ignácio Accioli de Vasconcelos, dono da fazenda Carreira Comprida. Na Lista Nominal de 1833 a

<sup>46</sup> MARINS, 1920, p.211-212

fazenda de Accioli era administrada por José Antônio de Souza, morador da região. José Bello de Araújo era dono da Fazenda Cardoso com engenho de açúcar e fábrica de aguardente.

A Situação de Terras Paineiras pertencia a Francisco de Salles. Havia engenho de fabricar açúcar e cachaça. Joaquim José Alves Silva era dono das Fazendas Brejo Grande e Ribeira em 1833. Residia em Campos, e por isso a fazenda Brejo Grande era administrada por Francisco José Alves Silva, que possuía engenho de açúcar e aguardente. Já na Fazenda Ribeira havia fábrica de açúcar. A Fazenda Barra Seca pertencia à D. Maria Magdalena e havia nela engenho de açúcar. Também aparece na Lista a Fazenda Colheres, de D. Josefa Moreira Borges, com fábrica de açúcar e cachaça. Outras fazendas que se destacavam foram a Safra, patrimônio de D. Josepha Souto e seu esposo Joaquim Bello de Araújo, a fazenda Muribeca, terras que pertenceram aos jesuítas no início da colonização até a expulsão dos religiosos, e era propriedade de Antônio José da Silva Tinoco.

As grandiosas fazendas não retratam fielmente a população de Itapemirim nas primeiras décadas de sua fundação. A situação de terras e moradia de grande parte da população era precária. Apesar de 60% da população possuir algum tipo de situação de terra, a maioria dessas posses eram em terras foreiras ou de favor (55%), conforme apresentou a tabela 06. Já a tabela 07 mostrou o tipo de moradia da população, onde 79% residiam em casas de palha, que eram bem precárias. “A estratificação escravista brasileira guardava fortes semelhanças com a vigente na Europa do Antigo Regime [...], marcada por grande concentração de riqueza, com a miserabilidade se estendendo por mais da metade da população, sem a presença de grupos intermediários.”<sup>47</sup>.

<b>TABELA 09: Atividades Econômicas de Itapemirim-ES (1833)</b>		
<b>Atividade Econômica</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Engenhos/ Fábrica de Açúcar e Aguardente	17	31
Embarcação (viagem e pesca)	6	11
Loja de Fazenda/ Negócio de Fazendas Secas	6	11
Secos e Molhados/ Negócio de Molhados	5	9
Olaria	3	5,5
Negócios com casas de aluguel	3	5,5
Loja de Ofício	3	5,5
Negócio de Varejo	2	3,5
Casa de Negócio	1	1,8
Peixaria	1	1,8
Taberna	1	1,8

<sup>47</sup> FLORENTINO E FRAGOSO, 2001, p.175

Negócio volante	1	1,8
Comércio de adereços chineses	1	1,8
Ferraria	1	1,8
Padaria	1	1,8
Loja de Ferreiro	1	1,8
Loja de Marinheiro	1	1,8
Fábrica de Farinha	1	1,8
<b>Total de Atividades Econômicas</b>	<b>55</b>	<b>100</b>

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Além das fazendas e situações de terra a Lista Nominal de 1833 contém outros aspectos econômicos da região. Como demonstrado, 60% dos (183) moradores possuíam algum tipo de lavoura ou cercado em terras. Mas, havia outras atividades econômicas importantes, conforme apresenta a Tabela 09. No total contavam-se 55 empreendimentos econômicos, sendo que 31% (17) eram fábricas de açúcar e aguardente, além de uma fábrica de farinha.

Os outros empreendimentos encontrados em maior quantidade foram as embarcações destinadas tanto à pesca quanto ao transporte de passageiros, que representavam 11% (6) e as Lojas de Fazenda e Negócios de Fazenda Seca - 11%. Ao todo foram descritas 21 lojas comerciais (38%) que além das Lojas de Fazenda, contavam com Lojas de Secos e Molhados/ Negócio de Molhados (9%), Negócio de Varejo (3,5%), e outros empreendimentos. Destaque para o comércio de adereços chineses que pertencia a Francisco Dias Carneiro. O grande número de comércios e negócios encontrados demonstra a dinâmica das atividades econômicas locais. O predomínio da agricultura, demonstrado pelas fazendas e lavouras (60%) e pelos engenhos e fábricas de açúcar e aguardente e farinha comprovam o destaque que Itapemirim possuía no período analisado.

De certo, a região sul capixaba abasteceu o Espírito Santo com açúcar e aguardente ao longo do século XIX, além de exportar esses produtos para o Rio de Janeiro. Por conta disso, em 1847, o Presidente da Província Dr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz fez o seguinte comentário sobre as lavouras de Itapemirim:

A cultura da canna de assucar é também n'este município um dos gêneros principais da cultura que prospera visivelmente, a ponto de existirem ali já 14 engenhos bem montados, sendo quatro movidos por vapor. A par d'elle o café, cuja plantação começou poucos annos, tendo até hoje dado bem fundadas esperanças de tornar-se um dos mais importantes ramos de exploração. Cultivão alguns lavradores também, mas em menor escalla, o algodão e o fumo, a que se presta o terreno, bem como aos gêneros de primeira necessidade, em que igualmente se empregarão, pouco além do

que é suficiente para as necessidades do município, sendo portanto, pequena a exportação de taes gêneros<sup>48</sup>.

Como se pode perceber, em 1847 o café era apenas uma “esperança” para a economia capixaba, enquanto o açúcar ainda era o principal produto e Itapemirim se destacava por suas prósperas lavouras e seus engenhos movidos a vapor. Na primeira metade do Oitocentos, Itapemirim forneceu açúcar em larga quantidade e alavancou a economia capixaba, com destaque inferior apenas ao café implantado na segunda metade.

As primeiras décadas de emancipação da vila servem para entender o contexto político, social e econômico de Itapemirim no período em que ocorreu a Independência do Brasil. Sendo uma vila recém formada, nesses primeiros anos contava com uma elite ligada as lavouras de cana e a escravidão, bem como havia entre os moradores imigrantes portugueses e migrantes campistas, mineiros e capixabas. Os interesses da elite política misturavam-se aos interesses econômicos e sociais. Esses interesses podem ser observados no reconhecimento da Independência brasileira por parte dos itapemerinenses, conforme será analisado a seguir.

### **O Espírito Santo e Itapemirim: das Cortes de Lisboa à exaltação da Independência**

Os anos que antecederam a Independência do Brasil nas terras do Espírito Santo não foram tão conflituosos como ocorreu em outras regiões brasileiras. Mas, a ausência de sérias agitações não isentou a pequena província de estar a par dos conflitos, uma vez que estava cercada por um “barril de pólvora”. Movimentos como *os corcundas*, que classificava os favoráveis do Antigo Regime como tal, não tiveram presença significativa nas terras capixabas<sup>49</sup>.

Outro movimento que marcou o Espírito Santo antes da independência foi a *Julianada*. O ano de 1821 foi conturbado entre os partidários de Portugal e os defensores da separação do Brasil, fato que levou a criação das Juntas de Governo Provisório. As mudanças administrativas separavam o governo civil do governo militar. Nesse contexto aparece Julião Fernandes Leão, um inspetor do Corpo de Pedestres, que passa a defender a causa lusitana. O “Dia do Fico” fez com que ele percebesse a proximidade da separação entre brasileiros e portugueses, e quando foi promovido a coronel iniciou um projeto de negação da

<sup>48</sup> Relatório do presidente da província do Espírito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847, p.63.

<sup>49</sup> SIQUEIRA, Karulliny Silverol. Os Apóstolos da Liberdade contra os Operários da Calúnia? A Imprensa Política e o parlamento no embate entre Liberais e Conservadores na Província do Espírito Santo, 1860-1880. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011. p.31-32

independência, divergindo da Junta de Governo. Por cometer arbitrariedades e despesas desnecessárias como Comandante das Armas, Inácio Pereira Duarte Carneiro, que comandava a Junta de Governo Provisório capixaba, iniciou uma reação contra Fernandes Leão. Este se colocou diante do palácio do Governo com seu pequeno exército, atirou contra a Igreja de São Tiago e gritava insensatamente “Morra a Junta!”. O exército de Duarte Carneiro resistiu aos ataques e prendeu Julião Fernandes Leão, que foi enviado a Corte<sup>50</sup>.

Porém, no que se refere a ter uma posição favorável ou contrária a separação do Brasil com Portugal, até meados de 1822 os negociantes e autoridades capixabas não viam a emancipação como horizonte, uma vez que, desde 1808, após a chegada da Família Real Portuguesa, as relações mercantis intraprovinciais haviam sido mantidas<sup>51</sup>. Em agosto de 1822, porém, mudaram-se os interesses das elites capixabas. Isso porque, D. Pedro trocou o Comando das Armas, em reação a tentativa de golpe orquestrada por Julião Leão. Com isso, D. Pedro conquistou os negociantes e autoridades capixabas, uma vez que passaram a perceber que era mais vantajoso que as Cortes estivessem no Rio de Janeiro que retornassem para Lisboa<sup>52</sup>.

Apesar do 7 de setembro não ter representado uma data de celebração para o povo em 1822, a adesão ao projeto de D. Pedro e do Brasil independente continuou pelo resto de 1822. Nos finais de setembro de 1822, a Junta de Governo capixaba aclamou D. Pedro como Imperador Constitucional do Brasil<sup>53</sup>.

A província do Espírito Santo preparava a adesão pública ao Império e a Constituição do Brasil. Com símbolos religiosos e pirotecnia, as autoridades regionais visavam demonstrar aos habitantes dessa localidade que eles pertenciam agora ao Império do Brasil. Mas, os fogos e a cerimônia civil-religiosa não seriam os únicos símbolos ostentados no Espírito Santo como adesão ao Império do Brasil<sup>54</sup>.

A Junta de Governo enviou um comunicado as Câmaras Municipais onde estas deveriam organizar uma cerimônia de aclamação ao novo Império do Brasil. E assim faz a Vila de Itapemirim. De acordo com o Auto de Independência, no dia 12 de outubro de 1822, todo o povo do compareceu aos festejos, e com júbilo e entusiasmo, repetiram mil vivas e Majestade Imperial. Nessa cerimônia reconheciam, portanto, o Primeiro Imperador

---

<sup>50</sup> SIQUEIRA, 2011, p.33-34

<sup>51</sup> GOULART, 2015, p.138.

<sup>52</sup> GOULART, 2015, p.146-147.

<sup>53</sup> GOULART, 2015, p.148-149.

<sup>54</sup> GOULART, 2015, p.150.

Constitucional do Império do Brasil. Ainda afirma que, todos juraram voluntariamente obediência, fidelidade, amor e sujeição ao “Augusto Monarca”.

Em outro trecho, o documento afirma que estavam presentes pessoas da nobreza, do clero e do povo e, visto que o Soberano Congresso de Lisboa dava provas de querer recolonizar o Brasil eles se declaram independentes e desobrigados de prestar obediência ao Governo de Portugal. O documento deixa claro que houve maciça participação popular. Porém, apenas 43 homens assinam, pois só se permitiu assinatura daqueles que eram alfabetizados. A tabela 03 apresenta a população de Itapemirim em dois momentos: 1814, dois anos antes da emancipação da vila e em 1824, dois anos depois da assinatura do documento. Aqui é importante observar o número de homens na vila e fazer uma comparação entre a população masculina, que podia participar desse evento, e os assinantes do documento.

Em 1814, os homens livres representavam 44,7% (241 habitantes). Destes, 25,5% eram brancos (61), 2% eram índios (5), 70% eram pardos livres (170) e 2% eram pretos livres (5). A maioria da população masculina era parda e livre. Já em 1824, a maioria dos homens livres eram brancos. Dos 47,2% homens livres (610), 48,8% eram brancos (298), 16,7% eram índios (102), 32,5% eram pardos livres (198) e 2% pretos livres (12). Se levarmos em conta os números absolutos desses dois anos, os 43 assinantes de 1822 representam, respectivamente, 17,8% em 1814 e 7% em 1824. Se compararmos apenas com os homens brancos, esses valores representam 70,5% em 1814 e 14,5% em 1824. No ano mais próximo da Independência, o quantitativo de assinantes representava proporção muito pequena em relação ao quantitativo de habitantes.

Além disso, o documento afirma que todo o povo compareceu: nobres, clero e povo. Mas, possivelmente esse todo o povo exclui as mulheres e os cativos. Talvez algumas mulheres e alguns cativos estavam presentes no ato, mas esses personagens, que tinham pouco ou nenhum direito enquanto cidadãos, não são destacados entre o “povo” presente no festejo. Indígenas e livres de cor também não recebem menção, já que, após adquirirem a liberdade ou aqueles que nasciam livres, destacar a condição de livre de cor era algo que rebaixava o sujeito enquanto cidadão. Possivelmente, muitos desses estavam no evento e comemoraram a ascensão do novo imperador, porém, por sua condição de analfabetos, a maioria não assina o Auto.

Todos aqueles que tiveram o privilégio de assinar, ou seja, os que foram reconhecidos como cidadãos do novo império, foram aqueles que possuíam algum bem e sabiam ler e

escrever. Talvez houvesse entre os proprietários de terras e cativos analfabetos que não puderam participar da assinatura do documento. Estes privilegiados juraram defender com a própria vida a independência a pouco declarada. O documento é dividido em duas partes. Na primeira assinam as autoridades da Câmara municipal e na segunda os demais homens da população. A Tabela 10 apresenta os nomes dos membros da Câmara Municipal e outras autoridades que assinaram o documento.

<b>TABELA 10: Autoridades da Câmara Municipal que assinam Auto de Aclamação em 1822</b>	
<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
José da Costa Guimarães	Presidente da Câmara
Manuel Ribeiro da Silva	Tabelião e Vereador
Amaro João de Benevides	Vereador
Antônio de Oliveira Matos	Vereador
Antônio Pinto Duarte	Procurador do Conselho
Tenente-Coronel Joaquim Marcelino da Silva Lima	Representante da Câmara na Corte

Fonte: AUTO de Aclamação do Primeiro Imperador Constitucional do Brasil, 1822.

O presidente da Câmara em 1822, José da Costa Guimaraes, havia sido eleito, em 1816, no ato da fundação da Vila, como Juiz Ordinário, enquanto Manuel Ribeiro da Silva é descrito no documento como o vereador mais velho. Em 1833 aparece como dono de engenho e 18 cativos. Amaro João de Benevides, também mencionado na Lista de 1833 como dono de lavouras<sup>55</sup>. Outro que aparece na Lista de 1833 e assina o documento é o Tenente-Capitão Joaquim Marcelino da Silva Lima. Este é escolhido pela Câmara como representante que irá a Soberana Presença da Majestade Imperial. Silva Lima escreve um trecho do documento, onde demonstra os mais “vivos sentimentos de amor, respeito e admiração” para com o Imperador, na qual beijará a Mão Poderosa do Herói. Segundo ele, D. Pedro “salvou o Brasil do abismo da perdição, em que pretendia despenhar o façanhoso Congresso de Lisboa”. Aquele dia, aniversário de D. Pedro, foi caracterizado como Silva Lima como a época que

Revestiu a Vossa Majestade dp Manto, e da Coroa Imperial [...] Acabaram-se os nossos sustos, dissiparam-se as densas e negras nuvens, que toldavam nossos alegres horizontes, salvou-se a Alta Dignidade deste vasto, e riquíssimo Império, estão cheias as nossas esperanças, satisfeitos os nossos votos, e tudo devemos a Vossa Majestade Imperial<sup>56</sup>.

<sup>55</sup> AUTO de Aclamação do Primeiro Imperador Constitucional do Brasil o Senhor D. Pedro I. In.: *As Câmaras Municipais e a Independência*. 1973, p. 172-173

<sup>56</sup> AUTO DE ACLAMAÇÃO, 1973, p.173

Encerra o documento com saudação a Imperatriz, “a fim de que os filhos de nossos filhos, possam ainda ter a fortuna e consolação de ver, e de amar o Incomparável PEDRO GRANDE NOSSO PRIMEIRO IMPERADOR”<sup>57</sup>. Em 1822 havia poucos anos que Silva Lima se mudara para Itapemirim, após segundas núpcias. Goulart o classifica, nesse momento da Independência, como negociante, mas não descreve quais negócios ele exercia<sup>58</sup>. A ausência de documentos desse período e as informações bibliográficas até aqui levantadas sugerem hipóteses sobre a escolha de Silva Lima como representante de Itapemirim. Uma delas é que os negócios com o Rio de Janeiro eram anteriores a Independência do Brasil. Ao chamar D. Pedro de “herói”, “salvador”, e insinuar que o Governo Português representava “densas nuvens escuras”, “abismo e perdição”, Silva Lima demonstrava seus interesses pessoais e poderia apontar para a ampliação de seus negócios com os comerciantes cariocas.

A parte final do documento é assinada por vários cidadãos, membros da Nobreza e do Povo<sup>59</sup>. A Tabela 11 apresenta esses outros nomes.

**TABELA 11: Assinaturas do Auto de Aclamação em 1822**

Nome	Cargos e Bens
Amaro Ferreira Martins Marques	padre – vigário interino
Domingos José de Oliveira	Sem cargo ou posses
Antônio José da Rocha	Sem cargo ou posses
Antônio Manoel Alves Vianna	Sem cargo ou posses
Manoel de Souza Tavares	Sem cargo ou posses
Inácio de Jesus Martins	Sem cargo ou posses
Domingos dos Anjos Candal	Sem cargo ou posses
Manoel José Miranda	Sem cargo ou posses
João Batista da Cruz	Sem cargo ou posses
Antonio Ribeiro de Barros	Sem cargo ou posses
Pedro Angelo da Silva	Sem cargo ou posses
Manoel Francisco Nunes	Sem cargo ou posses
José Antônio Pessanha	Sem cargo ou posses
Ignácio das Neves Santos Braga	Sem cargo ou posses
Manoel de Carvalho Silva	Sem cargo ou posses
José de Oliveira Medella	Sem cargo ou posses
José Francisco Gomes	Sem cargo ou posses
José Ferreira da Fonseca	Sem cargo ou posses
José Rangel de Carvalho	Sem cargo ou posses
João José Alves	Sem cargo ou posses
Jorge de Castro Lara	Sem cargo ou posses
Jorge de Castro Junior	Sem cargo ou posses
José Joaquim Machado	Sem cargo ou posses
João Dias Pacheco	Sem cargo ou posses

<sup>57</sup> AUTO DE ACLAMAÇÃO, 1973, p.173.

<sup>58</sup> GOULART, 2015,73.

<sup>59</sup> AUTO DE ACLAMAÇÃO, 1973, p.174-175.

Antonio Joaquim Marvila	Escrivão da Câmara
Luiz José Moreira	Juiz Ordinário em 1816 e Juiz de Orfãos em 1822
José Francisco de Oliveira	Juiz Almotacel e negociante
Bonifácio José Ribeiro	Juiz Almotacel em 1816
José da Silva Quintaes	Procurador da Câmara em 1816
Antônio Luiz da Cunha	Juiz Almotacel em 1816
Manoel Joaquim de Oliveira	Vereador em 1816
Belarmino da Silva Lima	Dono de terras e cativos em 1833
Hipólito Joaquim Malheiros	Negociante, dono de lavouras e cativos em 1833
Inácio Ribeiro da Silva	Dono de lavouras e cativos em 1833
Arcanjo José de Souza	Dono de lavouras e cativos em 1833
Francisco Moreira da Silva Lima	Mencionado na Lista Nominal de 1833
Joaquim dos Santos Braga	Segundo tabelião
Francisco José Alves Silva	Dono da Fazenda Brejo Grande
João Nepomuceno Gomes Bittencourt	Dono de terras e cativos em 1833
Francisco Gomes Coelho da Costa	Dono de terras e cativos

Fonte: AUTO de Aclamação do Primeiro Imperador Constitucional do Brasil, 1822; Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Destaque na Tabela 11 para Francisco Gomes Coelho da Costa e seu filho, João Nepomuceno Gomes Bittencourt. Gomes Coelho fora eleito juiz de órfãos em 1816 e seu filho, João Nepomuceno tinha entre 15 e 16 anos quando assinou o Auto de Aclamação. Interessante que, dos quatro filhos de Francisco Gomes, apenas João Nepomuceno assina o Auto de Independência. Francisco de Paula Gomes tinha entre 16 e 17 anos, portanto mais velho que João, e não assinou o Auto. Já Heliodoro Gomes Pinheiro e José Gomes Pinheiro eram crianças, o primeiro com 11 ou 12 anos e o segundo com 6 ou 7 anos. A preferência do pai em relação ao filho do meio talvez explique seu destaque político anos mais tarde. Na década de 1850, João Nepomuceno liderou o Partido Conservador no sul da província e foi desafeto político de Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim. Os conflitos entre os dois repercutiam na política local, provincial e também imperial<sup>60</sup>.

Outro aspecto a ser analisado são os nomes que assinaram o Auto de Aclamação. O documento afirma que assinaram os nobres, o clero e o povo. Deduz-se então que, aqueles que aparecem sem a descrição de cargos eram os membros do povo. Porém, para se chegar as posses desse nomes nas primeiras décadas do século XIX foi realizado um cruzamento de fontes com a Lista Nominal de 1833. Assim, alguns desses nomes que não registram bens poderiam ter falecido entre 1822-1833. Decerto, com essa lista de assinantes pode-se descobrir mais detalhes da população e da elite de Itapemirim nos primeiros anos de fundação da Vila.

<sup>60</sup> ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008, p.51, 64, 231.

A fundação da Vila do Itapemirim em 1815 e a aclamação ao imperador D. Pedro I ocorrem em um espaço de pouco mais de 7 anos. A elite econômica transformava-se em política e seus interesses transpassavam os limites da vila. Por ser o porto mais próximo da Corte, o comércio com o norte fluminense e com o Rio de Janeiro ocorriam de forma regular. As lavouras de cana de açúcar abasteciam a produção provincial, mas também eram exportadas. Além disso, a mão de obra cativa, presença maciça na região, era outro fator que interferia nos interesses das elites.

Assim, ao perceber que a Corte no Rio de Janeiro era mais vantajosa, a elite itapemirina resolve apoiar o novo imperador. A participação de toda a população revela que o povo, ainda que sem posses ou cargos de destaque, ansiava e partilhava de interesses de possíveis vantagens e melhorias no novo governo que se iniciava, assim como as elites. Para a Vila do Itapemirim, nos seus 7 anos de fundada e 6 anos de instalada, apoiar D. Pedro mostrava-se uma oportunidade de melhorias e destaque econômico, que de fato ocorreu ao longo dos Oitocentos.

## **Referências Bibliográficas**

### *Fontes Primárias*

APEES, Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim, Série Vara de Famílias, 15 Caixas.

APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

APEES. Mapa da população do districto de Itapemirim do ano de 1814. Fundo Governadoria, Livro 06.

AUTO de Aclamação do Primeiro Imperador Constitucional do Brasil o Senhor D. Pedro I. In.: *As Câmaras Municipais e a Independência*. 1973.

BRASIL. Arquivo Nacional. Alvará, erige em vila o lugar de Itapemirim da comarca e capitania do Espírito Santo. Fundo Decretos do Executivo, Período Imperial.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). *Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo*. Disponível em [http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%AAdrito\\_santo](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%AAdrito_santo).

#### *Fontes Bibliográficas*

BITTENCOURT, Gabriel. *A Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização. Do Engenho às Grandes Indústrias (1835-1980)*. Rio de Janeiro/Vitória: Livraria Editora Cátedra em convênio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.

COUTINHO, José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002, p. 43-46, 150-154.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

FRAGOSO, João. Poderes e Mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Um reino e suas repúblicas no atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017).

GOULART, Rodrigo da Silva. *Portos e Sertões: a província do Espírito Santo e a emancipação da América Portuguesa (1815-1825)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2015.

MARINS, Antônio. Itapemirim. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920, p.199-231.

MARQUES, Cezar Augusto. *Dicionário Histórico, Geográfico E Estatístico da Província Do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2003.

MORENO, Luciano R. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016.

OLIVEIRA, J. T. *Historia do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

REIS, Fábio Paiva. *As Representações Cartográficas da Capitania do Espírito Santo no século XVII*. Tese de Doutorado em História Especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, para obtenção do título de Doutor em História. Uminho-Portugal, 2017

ROCHA, Haroldo Corrêa.; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

ROCHA, Levy. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: EBRASA, 1971.

ROCHA, Levy. *Crônicas de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livros S. A, 1966.

ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

SIQUEIRA, Karulliny S. *O Império das Repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2016.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

VASCONCELOS, José Marcelino de Andrade. *Ensaio sobre a História e a Estatística da Província do Espírito Santo*. Vitória: Typographia de P. A. D'Azeredo, 1858.

Data de submissão: 20/10/2022

Data de aprovação: 24/11/2022